

A CIDADE NO QUILOMBO: EXPROPRIAÇÃO DO POVO GORUTUBANO DO QUILOMBO CAETETÚS NA CIDADE DE JANAÚBA

Janine Stefani Mendes Rodrigues
Estudante de Mestrado do Programa de Pós - graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
janinemds1@outlook.com

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula
Prof. Dr^a. Permanente do Programa de Pós - graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
adrea.paula@unimontes.com.br

Bruno Jesus do Nascimento
Estudante de Mestrado do Programa de Pós - graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros
brunojesusgeo80@gmail.com

Maria Clara Souza Sanches
Estudante de Mestrado do Programa de Pós - graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros
mariacларasouzasanches@gmail.com

Introdução

A expropriação dos povos e comunidades tradicionais desde sempre encontrou alicerces no próprio ordenamento jurídico e territorial do país. O próprio processo de delimitação territorial brasileiro impulsionou a expulsão de diversas comunidades tradicionais de seus territórios. Com a industrialização, em que se intensifica o planejamento urbano e expansão das cidades, os territórios quilombolas passam a ser desapropriados e impossibilitados de darem continuidade a seus modos de vida, costumes e práticas culturais.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo compreender o processo de expropriação dos povos gorutubanos do quilombo Caetetus localizado no município de Janaúba - MG, intensificado pela chegada da linha férrea e expansão da cidade. A estratégia metodológica adotada consistiu em pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, baseada na observação participante e na realização de entrevistas semiestruturadas com os membros da comunidade quilombola Caetetus no ano de 2022, bem como na revisão bibliográfica e no levantamento de dados secundários.

Fundamentação teórica

O território é constituído pelo modo que um povo faz seu uso, implicando elementos materiais e imateriais que caracterizam e diferenciam determinado grupo. De acordo com Almeida (2004), trata-se de reconhecer a territorialidade como fator de identificação dos grupos e coletividades em suas relações com os recursos naturais, uma vez que, as terras tradicionalmente ocupadas fogem do sistema normativo e individualizado do uso do solo. Nesse sentido, viver na terra e da terra está além das construções físicas de uso do espaço, nela estão presentes as relações, os laços e sentimentos que se estabelece com o lugar em que se vive, com a vegetação, os rios e com toda a natureza que compõem o espaço vivido.

Martins (2004), aponta que a posse de terra foi, desde o período colonial e escravista, vista como rentável e isso se perpetuou na história do país, principalmente devido ao fato da

abolição não ter sido capaz de romper com a ordem tradicional agrária. Com o processo de industrialização no país e a comercialização de terras, o conceito de propriedade privada foi ficando cada vez mais consolidado. Como consequência disso, reconhecer o vínculo emocional, afetivo e simbólico de uma comunidade tradicional com o ambiente em que essa coletividade vive sempre foi ignorado e insignificante para o corpo jurídico.

A própria lei de terras de 1850, como aponta Leite (2000), redigida no contexto de declínio do sistema escravista, contribuiu de forma significativa para a invisibilidade dos recém “libertos” ao negar-lhes o direito à terra, criando mecanismos de exclusão advindos do próprio ordenamento jurídico e territorial do país. Tal processo de expropriação, legitimado de forma sutil, possibilitou que os antigos oligarcas e senhores de terras, passassem a utilizar das instâncias legais para se auto beneficiarem. Assim, o processo de delimitação territorial brasileiro impulsionou a expulsão de diversas comunidades tradicionais de seus territórios, fazendo com que muitas populações étnicas deixassem as suas terras e, conseqüentemente, os seus modos de vida.

Em se tratando do processo de expropriação dos povos gorutubanos no norte de Minas, Filho (2008) aponta que, os primeiros povos gorutubanos se estabeleceram na região desde o século XVIII e, a partir do século XX, foram sendo atingidos por um vasto processo de expropriação, principalmente, com a chegada da linha férrea em meados de 1940 e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, na década de 1970. Nesse período, a cidade de Janaúba, município foco deste estudo, começa a receber migrantes que passaram a se fixar na região como posseiros e lavradores, amparados por documentos de ocupação expedidos pelo estado de Minas Gerais. Segundo o autor, “As terras foram sendo afazendadas por membros das principais famílias das cidades da região. Trilhos e ocupação de terras avançam no mesmo ritmo sertão a dentro, expulsando e expropriando famílias negras que aí se encontravam” (FILHO, 2008, p.49).

Além disso, Filho (2008) afirma que, a chegada da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil - BNB foi o que viabilizou o investimento e a modernização da estrutura produtiva para os grandes produtores, enquanto as comunidades campestres não-brancas, que tinham suas roças e mantinham suas tradições de cultivo e subsistência, foram sendo invisibilizadas e retiradas de suas terras.

Desenvolvimento do tema

A cidade de Janaúba, município localizado no Norte de Minas Gerais, banhado pelo rio Gorutuba e cidade foco da pesquisa realizada, contém uma população atualmente estimada em 72.374 habitantes, de acordo com os dados disponíveis no site do (IBGE 2022). Para Farias (2018), a Gameleira do Gorutuba, hoje chamada de Janaúba, fazia parte do Quilombo do Gorutuba, que teve início na cidade de Porteirinha e foi se estendendo à margem esquerda do rio Gorutuba, onde hoje está localizada Janaúba. Segundo o autor, os negros nativos que ali viviam, em um primeiro momento habitavam as terras e planícies à beira do rio e, posteriormente, foram se espalhando por Janaúba, ocupando terras devolutas que eram descartadas pelos brancos e indígenas.

Já Mota (2020) descreve o Vale do Gorutuba como espaço habitado até o século XVI por indígenas que viviam à beira do rio Kuruatuba, atual rio Gorutuba, sendo este a principal fonte de sobrevivência desse povo. O nome Kuruatuba foi atribuído devido à sinfonia dos sapos cururu que ficavam próximos ao rio, por isso, o rio Gorutuba era o antigo rio dos sapos. A autora aponta que a formação dos quilombos no Vale do Gorutuba data do século XVIII, com a chegada dos negros ex escravizados que vinham de outras regiões em busca de liberdade e encontraram no rio Kuruatuba um ambiente em que puderam estabelecer.

Nesse sentido, o Quilombo Caetetus do qual descendem os povos gorutubanos do município de Janaúba - MG tem a certificação de autoreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares desde 2020 e encontra-se com o processo de regularização territorial aberto no INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, aguardando a elaboração do Relatório Antropológico, previsto para ser concluído neste ano de 2024. A Associação Única

de Povos e Comunidades Tradicionais Gorutubanos Natos e Descendentes foi quem buscou dar início ao processo de autoreconhecimento do quilombo caetetus, esta abrange todos os quilombolas que se estabeleceram em Janaúba e são descendentes dos primeiros habitantes gorutubanos que ali chegaram. É importante salientar que embora na bibliografia existente Janaúba é conhecida pelo grande Quilombo do Gorutuba, nos relatos dos povos gorutubanos do quilombo caetetus da cidade eles não se consideram descendentes do Quilombo do Gorutuba.

O processo de expropriação dos povos gorutubanos do quilombo caetetus ocorre concomitantemente ao crescimento da cidade, em que a dinâmica da vida dos moradores foi sendo alterada na medida que foram surgindo os primeiros comércios, e com a chegada de posseiros e fazendeiros que vinham de outras regiões. Segundo Mota (2020), o fluxo comercial somado ao aumento populacional fez com que, pouco a pouco, o distrito de Gameleira fosse se tornando independente e próspero, e, com a construção da estrada de Ferro Central do Brasil, ocorreu a intensificação da oferta de trabalho na cidade, o que acabou atraindo famílias e trabalhadores de regiões distantes para as terras de Gameleira, impulsionando a emancipação da cidade.

De acordo com os depoimentos dos interlocutores ao longo do trabalho de campo, no processo de urbanização da cidade, quando foram construídos os primeiros arruamentos, parte das terras tradicionalmente ocupadas pelos gorutubanos passaram a ser demarcadas e distribuídas, para eles e para outros. O processo de divisão dos terrenos em glebas foi sendo feito sem que os nativos gorutubanos compreendessem que as suas terras estavam sendo roubadas, em decorrência da chegada dos agrimensores. Os quilombolas perderam muitas de suas terras de herança para os fazendeiros, que passaram a ocupar e se apossar dos terrenos.

Os integrantes do Quilombo Caetetus, atualmente, vivem espalhados pelos arredores da cidade, segundo as lideranças quilombolas entrevistadas durante o trabalho de campo, foram identificadas 23 localidades que compõem a associação atualmente. Os povos gorutubanos do quilombo caetetus possuem uma vida simples e guardam memórias dos tempos em que a cidade de Janaúba ainda não tinha tantas casas e comércios como agora. A vida social dos membros da comunidade é marcada pelos sólidos laços de parentesco, de vizinhança e de solidariedade entre os mesmos. O povo gorutubano do Quilombo Caetetus não se concentra num mesmo bairro da cidade, mas os integrantes guardam relações de parentesco consanguíneo e de afinidade com moradores de diversos bairros distantes entre si, além de algumas comunidades rurais.

Considerações Finais

É importante frisar que os povos gorutubanos descendentes do Quilombo Caetetus se estabeleceram ali muito antes de Janaúba se tornar cidade. As narrativas dos interlocutores do Quilombo Caetetus foram marcadas pela descrição do processo de expropriação territorial que as famílias vivenciaram, concomitante ao processo de urbanização da cidade, se intensificando com a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil e com a chegada dos agrimensores, engenheiros e fazendeiros, em meados de 1940.

Dessa maneira, a expropriação das terras quilombolas tradicionalmente ocupadas, decorrente do processo de urbanização e especulação imobiliária na cidade de Janaúba, em conjunto com a invisibilidade do povo gorutubano do Quilombo Caetetus, evidencia o fato de que as formas de territorialidade das famílias foram sendo desarticuladas, obrigando as mesmas a viverem em lotes cada vez menores e a se espalharem pelas áreas periféricas da cidade de Janaúba, sem que fossem tratadas como sujeitos de direito, sendo obrigadas a se retirarem de seus lugares de origem, sem terem o devido entendimento do processo de exclusão que sofriam.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Ed. RBEUR, Vol.6, nº1, p.9-32. UEA, Manaus, 2004.

FILHO, Aderval Costa. **Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro.** Dissertação (mestrado em antropologia social) Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica, UFSC, Vol. IV p. 333-354, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária: O impossível diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

OSÓRIO, Leticia Marques. **Direito à Moradia e Territórios Étnicos: Proteção Legal e Violação de Direitos das Comunidades de Quilombos no Brasil.** Porto Alegre. Ética Imprensa, 2005.